

Deputados passarão a pagar Imposto de Renda integral

BRASÍLIA — Os deputados estaduais passarão a pagar Imposto de Renda sobre toda a sua remuneração, de acordo com decisão aprovada pela Constituinte no capítulo sobre os estados da Federação. O mesmo princípio deverá ser aplicado mais tarde aos deputados federais e senadores, durante o debate sobre o Poder Legislativo. Atualmente, o Imposto é recolhido apenas sobre a parte fixa dos vencimentos dos parlamentares, a menor delas.

Segundo a emenda aprovada, cada Assembléia Legislativa fixará os vencimentos dos parlamentares para a legislatura seguinte. Ou seja, os deputados estaduais não poderão definir quanto eles

próprios ganharão, mas apenas seus sucessores.

A Constituinte rejeitou a proposta de fixar um teto para os vencimentos dos deputados estaduais, equivalente a 2/3 da remuneração dos deputados federais. Atualmente, esse limite é determinado por um decreto-lei aplicado de forma bastante elástica por várias assembleias que incluem como remuneração dos deputados federais, para efeito de cálculo, ajudas de custo para passagens aéreas, auxílio-oradia, auxílio-correspondência e outros. Dessa forma, é comum deputados estaduais ganharem mais do que efetivamente percebem deputados federais e senadores.

Eleição será em 2 turnos

As próximas eleições para governador serão em dois turnos. No segundo, que será realizado em 15 de novembro de 1990, concorrerão apenas os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio. A Constituinte definiu ainda, ao apreciar o capítulo sobre os estados federados, que a data de posse dos governadores passará a ser no dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição e não mais no dia 15 de março, como é hoje.

Foi aprovada também emenda da deputada Vilma Maia (PDS-RN) dando à população dos estados o direito de iniciativa popular no processo legislativo esta-

dual. Essa matéria deverá ser regulamentada por lei complementar, mas o princípio aprovado permite que segmentos da população encaminhem projetos de lei para serem apreciados pelas assembleias legislativas.

Com a fixação da posse dos governadores de estado a 1º de janeiro em vez de 15 de março os governadores prestes a deixar os palácios não terão mais dois meses e meio para gastar por conta do orçamento do ano que começa. Muitas vezes, especialmente quando o sucessor é adversário político, o antecessor entregava os cofres vazios.



Representantes presidencialistas reuniram-se no Senado

Presidencialista une emenda

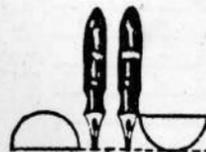
A fusão das várias emendas presidencialistas começou a ser formalmente discutida ontem, em reunião de representantes de praticamente todos os partidos, na presidência do Senado, mas não houve acordo quanto à inclusão de voto de censura para todo o ministério de uma só vez, o que, na opinião do anfitrião, senador Humberto Lucena, "caracterizaria um sistema parlamentarista, e não presidencialista". Na emenda do próprio Lucena, que teve 352 assinaturas de apoio, está previsto o voto de censura para um ministro de cada vez, e mesmo

assim sob a aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados.

A intenção dos articuladores da fusão é chegar a um "presidencialismo parlamentarizado", para tentar conseguir a adesão dos muitos indecisos da Constituinte. Assim, seria aproveitadas a inovação do voto de censura, contida na emenda Lucena, e a instituição de um primeiro-ministro — ou ministro-coordenador, como prefere o presidente do PFL, senador Marco Maciel, encarregado de fazer o texto da fusão —, prevista na emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

Nem sempre a farda ajuda o 'Centrão'

O Conselho de Segurança Nacional — quem diria — quase ajudou as



esquerdas na Constituinte a derrotarem o que resta do Centrão na votação do artigo sobre a propriedade do subsolo e das riquezas minerais do país. O projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, apoiado pelas esquerdas, incluía o subsolo e as riquezas minerais entre os bens da União. O substitutivo do Centrão ao projeto excluía-os.

Na última quinta-feira, difundiu-se entre os constituintes um documen-

to do Conselho de Segurança Nacional, redigido em papel timbrado, defendendo a aprovação do texto votado na Comissão de Sistematização. O deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes do Centrão, desabafou, irritado: "Assim, não é possível". Comemorou o senador Mário Covas, líder do PMDB: "Assim, acabamos ganhando".

Foi inútil, na noite daquele dia, o esforço de Fiúza para tentar falar por telefone com o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário do CSN. Só o conseguiu na manhã da sexta-feira. Queixou-se da interferência do Conselho em meio a uma questão política tão delicada e despachou ao encontro do general um trio de líderes do Centrão.

Os deputados José Geraldo (PMDB-MG), Paes Landim (PFL-PI) e Luís Roberto Pontes (PMDB-RS) estiveram à noite com o general e detalharam a proposta do Centrão, explicando que ela em nada feria o

Pinga-fogo

□ O risco de uma interrupção no processo de redemocratização do país foi o tema do café da manhã que tomaram, ontem, juntos os deputados Ricardo Fiúza, um dos líderes do Centrão, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

□ Do deputado Ulysses Guimarães para o deputado Roberto D'Ávila, a propósito das pressões que sofre para aderir ao parlamentarismo: "Não em-

prehenho pelos ouvidos. Aliás, não emprehenho por parte alguma".

□ O governador Newton Cardoso desembarcou em Brasília na noite de segunda-feira prevendo para esta semana a queda dos ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado.

□ Queixa-se o deputado Homero Santos (PFL-MG) do abandono a que o governo relegou a turma dos consti-

tuantes que votará nos cinco anos de mandato. "Há 15 dias que tento falar, em vão, com o Prisco Viana", cobrou. □ Apesar do ritmo intenso de funcionamento da Constituinte, a votação sobre sistema de governo só deverá ocorrer na próxima semana, juntamente com a votação do tamanho do mandato dos sucessores de Sarney.

conceito e os fundamentos da segurança nacional. Bayma Denys esclareceu que o documento não refletia a opinião oficial do Conselho e atribuiu sua autoria a algum "assessor estatizante".

Por fim, o general absolveu a proposta do Centrão do pecado de ser "entreguista", como a acusavam seus adversários de esquerda. Aquela altura, contudo, a intromissão do Conselho já produzira estragos nas chances de vitória do artigo patrocinado pelo Centrão. O senador José Richa (PMDB-PR), que se comprometera a apoiá-la juntamente com todo seu grupo, recuou. Também recuaram outros líderes moderados do PMDB.

A ausência de uma maioria de 280 votos para aprovar ou rejeitar o substitutivo do Centrão forçou uma solução que beneficiou mais o projeto original da Comissão de Sistematização. A direita do Centrão está furiosa com o CSN. As esquerdas começaram a achar que o Conselho não é tão mau quanto elas pensavam.

Ricardo Noblat

Brasília — Luciano Andrade

JORNAL DO BRASIL
Militares admitem
mudança de regime

9 MAR 1988
Rio poderá ter
55 vereadores

Caso o sistema parlamentarista de governo venha a ser implantado, será bem recebido na área militar, acreditam os defensores do sistema de gabinete. "Pelas informações que tenho, metade das Forças Armadas já são parlamentaristas", afirma o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), secretário do Frente Parlamentarista. Segundo ele, os generais Rubem Ludwig, ministro da Educação e chefe da Casa Militar no governo Figueiredo, e Reinaldo Mello de Almeida, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar (STM), ambos na reserva, são os defensores e propagandistas do sistema parlamentarista nos quartéis.

De posse destes dados a respeito da recepção ao novo sistema de governo nas Forças Armadas, os parlamentaristas estão apostando tudo na aprovação da emenda coletiva encabeçada pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que institui no país o sistema de gabinete. E estão até desprezando possíveis acordos para a votação no plenário da Constituinte. Nos últimos dias, as lideranças vêm sendo procuradas pelo assessor especial do presidente Sarney, Thales Ramalho, e pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para uma possível fusão entre a emenda de Egídio e a presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). A resposta tem sido "não". "Chegamos ao mínimo do parlamentarismo. Não há possibilidade de negociação", afirma Egídio Ferreira Lima.

A Constituinte decidiu por 336 votos a 22 (e 10 abstenções) que as cidades com até 1 milhão de habitantes poderão ter 21 vereadores; entre 1 milhão e 5 milhões, 41 vereadores; e acima de 5 milhões, como é o caso do Rio de Janeiro, até 55 vereadores. Hoje, o Rio tem 33 vereadores.

O Centrão rompeu acordo e provocou a derrubada da proposta que permitia a iniciativa popular na elaboração de leis municipais e a participação das organizações comunitárias na preparação dos orçamentos. Outras decisões da Constituinte:

□ As terras pertencentes a extintos aldeamentos indígenas reverterão aos Estados — e não à União, como ocorre hoje. O senador Mário Covas queria limitar a nova regra às áreas urbanas enquadradas nessa categoria, ponderando que nas áreas rurais elas poderiam ficar com a União, para serem destinadas a projetos de reforma agrária. Mas foi derrotado pelas bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde há grandes extensões de terra onde houve aldeamentos.

□ As ilhas marítimas e oceânicas que são sedes de município não pertencerão mais à União, como ocorre hoje, nem aos Estados, como definiam os projetos da Sistematização e do Centrão. Os parlamentares foram sensíveis aos apelos de seus colegas de Florianópolis, Vitória e São Luís, cidades que são ilhas, mostrando as dificuldades de legalização da propriedade de terras.